

ADOLESCENTES EM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: ASPECTOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA E AS DIFICULDADES NA ADAPTAÇÃO

BOARO; Keila Dauana Boaro.¹
CAMPAGNOLO; Luiz F. Marchese.²
MEDEIROS; Vagner Marchezoni.³

RESUMO

O serviço de Acolhimento em família acolhedora cumpre uma importante função social, promovendo direitos essenciais das crianças e adolescentes que foram afastadas de sua família de origem como medida protetiva. Discutido e apresentado como alternativa ao acolhimento institucional, o Acolhimento em família é o serviço que melhor resguarda ao acolhido o direito à convivência familiar e comunitária. O que é muito recorrente neste tipo de acolhimento, no entanto, é a dificuldade dos adolescentes em se adaptarem a essas famílias, o que levou estes pesquisadores, subsidiados pela teoria psicanalítica, a explorar a possível relação existente entre as vivências da infância com as dificuldades na adaptação à família. A fim de compreender essas questões, dois adolescentes inseridos no serviço foram entrevistados, um com histórico de dificuldade na adaptação à família acolhedora, outro que se adaptou com maior facilidade. Em um dos casos percebe-se indícios de uma fixação nos objetos primário e um movimento de repetição resultando na mudança incessante de família e na dificuldade de manter relações. No segundo caso, compreendemos que a relação primária deu subsídios suficientes para a elaboração dos conflitos nessa fase e que no momento do desligamento desses objetos primários ocorre uma transferência para outros objetos pela via fantasística. Consideramos, ao final, que não se pode afirmar que tais conflitos na adaptação sejam unicamente relacionados à primeira infância, mas que deve ser levado em conta a subjetividade de cada história e os fatores que contribuem para uma elaboração ou até mesmo a repetição.

PALAVRAS-CHAVE: Família Acolhedora, Adolescentes, Psicanálise.

1. INTRODUÇÃO

Família Acolhedora é uma das modalidades de acolhimento de crianças e adolescentes que vem sendo implantada em várias cidades do Brasil. Em muitos estados, a modalidade de acolhimento institucional já tem sido preterida, e as crianças e adolescentes temporariamente afastadas da família de origem em razão de decisão judicial, têm tido a oportunidade de passar esse período junto às denominadas “Famílias Acolhedoras”. Comparada com a institucional, essa última modalidade tem por mérito melhor acolher o descrito no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente; isso é, que todas as crianças e adolescentes devem ser educadas no seio de sua família, e na ausência dessa, por família substituta. Mas a questão é assegurar o direito à convivência em família por meio da colocação em família acolhedora não é de simples execução, sobretudo quando

¹Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: Keila.boaro5132@gmail.com.

²Acadêmico do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: luizcampagnolo@gmail.com

³Orientador Mestre em Psicologia do curso de psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: prof.vmm@gmail.com.

se trata de adolescentes, cuja colocação em famílias acolhedoras, via de regra, encontra muitas dificuldades.

Com isso, este trabalho buscou explorar, por meio de uma pesquisa de campo, quais seriam as questões subjetivas que, das partes envolvidas no processo de colocação em família acolhedora, têm participado direta ou indiretamente para o seu desfecho. A partir da identificação de alguns dos aspectos presentes na execução prática do serviço, foi possível analisar comparativamente dois casos; um considerado bem sucedido e outro mal sucedido, de modo a possibilitar a identificação de fatores que possam ter contribuído para seus respectivos resultados.

Dessa forma, a expectativa é de que este estudo e seus resultados possam contribuir para a compreensão do acolhimento familiar, auxiliando tanto os municípios que irão implantá-lo quanto os que já o tem implantado. A perspectiva de famílias e dos adolescentes em meio a esse processo e as razões para o fracasso ou sucesso do acolhimento familiar foram discutidas à luz da ciência psicológica, numa construção teórica guiada pela explicação da teoria psicanalítica para a estruturação da personalidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta fundamentação ocupa-se, de início, em apresentar o programa Família Acolhedora a partir de uma análise crítica de sua proposta de fazer cumprir o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) quanto aos direitos à convivência e ao vínculo familiar, tidos como tão fundamentais para a criança e adolescente. Em seguida, são trazidos alguns conceitos psicanalíticos a fim de lançar luz sobre a primeira infância e os seus reflexos na adolescência, de onde foram extraídos os fundamentos teóricos que permitiram, ao seu final, analisar os conflitos característicos da adolescência e como eles interferem na colocação do adolescente em família acolhedora.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Na nossa sociedade, desde há muito tempo, antes que devidamente regulamentada em lei, observa-se casos de acolhimento; isso é, de famílias que cuidavam de crianças de pais ausentes. Quantos casos conhecemos de crianças que foram criadas pelos avós, tios e até mesmo conhecidos e desconhecidos da família de origem? Por outro lado, se havia acolhimento, por óbvio que também havia casos de abandono de crianças que viviam negligenciadas e em situação de rua. Assim, se é

preciso declarar em lei o direito à convivência familiar e comunitária hoje, é porque há muito que nem toda criança vive em família.

Em 1920, com a era industrial, o país encontrava-se em um momento de turbulência nas questões sociais e políticas. Nos centros urbanos, a população aumentava em números descontrolados. Muitos se mudaram para esses centros em busca de emprego, o que acarretou em muitas pessoas vivendo na rua, inclusive crianças. Em 1926, o governo teve que tomar atitude diante dos fatos, e baseando-se em um modelo francês, que na época já tinha sido extinto na França, foi admitida a “Roda dos Expostos”, uma primeira maneira encontrada para acolher as crianças abandonadas (COSTA, 2018).

Nessa “roda dos expostos” as crianças eram destinadas às famílias, às quais não podiam ter filhos, ou ficavam sob cuidados das Amas (servas), famílias essas que então se responsabilizavam por cuidar de tais crianças (BRITO & SILVA, 2016).

Rodrigues e Lima (2000) apresentam que, no século XVI, antes mesmo da regulamentação dessa prática, essa forma precária de acolhimento já era realizada de algum modo nos centros religiosos e por alguns voluntários, os quais cuidavam da questão alimentar e higiênica dessas crianças – não havendo nenhuma contribuição do estado no mantimento dessas instituições, ou na criação de novas. Foi somente no século XX, com o crescimento gigantesco dos centros urbanos, que surgiu a preocupação com as crianças e os adolescentes que chamavam atenção por suas “delinquências” e por representarem ameaças à população; enfraquecidos e marginalizados que estavam por suas condições e pobreza.

A população infanto-juvenil vem a ganhar espaço diante do estado quando foi instalada a legislação conhecida como “Direito do Menor”. É a partir deste momento, em 1927, que surge a regulamentação do código de menores, instituída como forma de lidar com os “delinquentes”, quais sejam os que viviam em situação de rua ou de abandono; fosse por doença, ausência dos pais ou qualquer outro motivo, que mesmo sob cuidados dos pais agisse de forma contrária a moral e bons costumes (PAIVA, 2008).

O Código de Menores de Melo Matos (Decreto nº 17.947/27 – A) foi à primeira legislação Brasileira voltada para a questão do menor, que tinha como objetivo “consolidar as leis de assistência e proteção aos menores de 18 anos, considerados abandonados ou delinquentes”. A presente lei foi elaborada pelo legislador José Candido Albuquerque de Mello Matos, juiz de menores da Capital da República (JÚNIOR, 2007, p. 2).

Paiva (2008) enfatiza as violências e as situações de riscos que estes, tidos “menores”, vivenciavam: eram discriminados, vítimas de preconceito e injustiçados. Esse cenário encontrava-se

em turbulência, demonstrando insuficiência nas políticas, diretamente as ligadas à criança e ao adolescente.

Segundo Júnior (2007), no código de menores estava vigente que seria o juiz a autoridade máxima a definir o destino do “menor”. E a criança; a maior interessada no processo, só era vista como alguém de direito se fosse tratada como doente ou em situação de risco.

Em 1988, no Brasil, foi aprovado a nova Constituição da República Federativa do Brasil, momento em que direitos humanos tornam-se vigentes em nossa sociedade; com ênfase no desenvolvimento humano e social. Perante essa mudança, em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que impõe um olhar mais atento à vida de crianças, adolescentes e todas as suas necessidades como cidadãos de direito (PAIVA, 2008); o qual, de lá para cá, já sofreu vários aperfeiçoamentos e persiste até hoje.

De tal modo, se antes o acolhimento era feito de forma irregular e sem muito amparo, a partir desse momento ele passou a ser regulamentado na forma de um serviço específico parte das políticas públicas do país. Com o ECA, a criança e o adolescente passaram a ser aceitos como sujeitos de direito, sendo de grande importância a garantia do seu saudável desenvolvimento; premissa da qual se depreende a necessidade de propor medidas que visam a proteção integral. Nesse contexto, o acolhimento passa, por consequência, a ser reconhecido como medida de proteção, conforme prevê o artigo 101 (BRASIL, 2009).

Também no ECA (1990) está especificado a responsabilização da família, do estado e da comunidade diante de todo o aparato das necessidades para o desenvolvimento comunitário e social de todos aqueles tidos como crianças e adolescentes.

Art. 04º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p.20)

E, ainda, sobre o direito à convivência familiar e comunitária ressalta,

ART. 19º. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990, p.27)

Em defesa do direito à convivência familiar e comunitária, coube ao estado a construção de políticas públicas que atendesse a qualquer criança ou adolescente que esteja em situação de vulnerabilidade e riscos a sua integralidade. Dessa forma, foi necessário o desenvolvimento de

ações e programas que permitissem o estabelecimento de vínculos afetivos em caso de afastamento familiar, prezando ao desenvolvimento de laços; que são fundamentais nessa etapa da vida, para que mais tarde esta criança ou adolescente pudesse retornar ao seio familiar, original ou substituta, desde que garantidos os direitos dos mesmos (BRASIL, 2014).

Está posto, portanto, que toda criança tem o direito a viver em família. Mas o que é esse chamado direito à convivência familiar? Eis a questão a qual reservamos o próximo item desta fundamentação e, ainda, que deve introduzir a relação que admitimos por hipótese haver entre infância e as dificuldades na adaptação de adolescentes em família acolhedoras.

2.2 CONVIVER EM FAMÍLIA

Há várias definições possíveis do que é família e cada pessoa subjetivamente tem a sua, que quase sempre admite os genitores no exercício parental; mas será que de fato viver em família requer nascer e crescer dentre os seus genitores? Ou talvez viver em um grupo a qual se sente pertencente e mantém-se afetivamente ligado? O que mais, na verdade, deve ser incluído ou excluído quando se admite um direito à convivência familiar e comunitária?

Para Vilhena (2004), podemos pensar a família em diferentes maneiras: aquela que ampara o filho nas questões materiais, assegurando as condições básicas de sobrevivência; ou aquela que oferece segurança, que ensina valores, educa e que atribui, por meio dos laços estabelecidos, um conjunto de significados afetivos que unem os participantes daquele grupo.

Isso é, na definição do autor é na família que a criança buscará suas referências de vida de acordo com as situações vivenciadas durante seu crescimento. Compreende-se a família, nestes termos, como a condutora do desenvolvimento da criança, aquela que auxilia na busca de autonomia e conhecimento (VILHENA, 2004).

Para Silva & Neto (2012), no entanto, é devido à incapacidade do provimento de suas necessidades que a criança se faz dependente da mãe ou cuidadora para a formação da sua estrutura psíquica e biológica; e é nessa relação de cuidado que se estabelece a ligação emocional entre cuidador e criança. Pode-se dizer, portanto, que quando há uma ligação emocional entre cuidador e criança, o que aí se estabelece em geral é uma relação afetiva, de cuidado e proteção.

O vínculo afetivo como uma forma de se relacionar com o outro na perspectiva de manter-se ligado emocional e/ou comportamentalmente, apresenta-se na relação cuidador e criança como um meio de subsistência e manutenção de um ambiente adequado para o desenvolvimento maturacional sadio desta última (SILVA & NETO, 2012, p. 38)

Já para Winnicott (2005), deve ser falar de uma adequada relação mãe e filho quando essa fornece subsídios para que o ego da criança se fortaleça, de modo que a criança – desde cedo – seja capaz de encontrar maneiras de defesas, podendo fortemente se desenvolver através desses estímulos maternos. Ainda segundo ele,

O desenvolvimento, em poucas palavras, é uma função da herança de um processo de maturação, e da acumulação de experiências de vida; mas esse desenvolvimento só pode ocorrer num ambiente propiciador. A importância deste ambiente propiciador é absoluta no início, e a seguir relativa; o processo de desenvolvimento pode ser descrito em termos de dependência absoluta, dependência relativa e um caminhar rumo à independência. (WINNICOTT, 2005, p.17).

Subsidiados por esses três autores, vemos que há uma identificação dos cuidados para com um ser que carece deles como característicos de família, de modo que, embora seja reconhecida a importância da família no desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Ou seja, no seu desenvolvimento afetivo, intelectual e social, haveria famílias que não conseguem garantir subsídios para que ocorra esse desenvolvimento. Em outras palavras, há famílias que não garantem a convivência familiar. Isso é, se na estruturação da família não há recursos o suficiente para que a criança e o adolescente se desenvolvam integralmente, a permanência no seio desta família não será possível; pois prejudica, negligência e violenta o desenvolvimento e o direitos da criança e do adolescente (KREUZ, 2012).

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2013) ressalta que podemos considerar a família como um grupo de pessoas do mesmo sangue, ou de aliança e até mesmo de afinidade. E que cada pessoa desse grupo representa um papel e obrigações dentro do mesmo – de acordo com suas características; ou seja, suas faixas etárias e gêneros, sendo que, através dessas representações apresenta-se o significado dos componentes das relações familiares (BRASIL, 2013a).

A simples reunião de pessoas, portanto, não define-se como família; mas o papel e a obrigação que cada membro exerce no interior dela. Com isso, pode-se dizer que se conviver em uma família é fundamental para todos, tão mais o é para aqueles que estão no início de suas vidas e dependem de auxílio no seu desenvolvimento. A família é o núcleo básico responsável pela criação e manutenção dos laços afetivos. Nesse sentido, só nascer e crescer em uma reunião de pessoas não garante que, de fato, a convivência familiar ali aconteça; mas sim, quando entre esses membros encontram-se afetos definidos por papéis e obrigações que fortalecem a entrada da criança e

adolescente na sociedade, fazendo dele parte da cultura e assim os tornando cidadãos (FACHINETTO, 2008).

Kreuz (2012) enfatiza que o direito à convivência familiar não se refere somente à família biológica e que em momento algum na constituição está declarado que o direito da criança se restringe a essa família, por mais que se tenha preferência que a criação aconteça pela parte biológica. Coerente com isso, Fachinetto (2008) também ressalta que a execução desse direito não se dirige somente à família biológica e que esclarecido não haver a garantia desse direito na família de origem, o mesmo pode ser garantido em outra, a qual será uma família substituta, de guarda, tutela ou adoção.

No artigo 25 do ECA (1990) seu parágrafo único, especifica que,

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (BRASIL, 1990, p.29)

A legislação é clara em dizer, no entanto, que devem-se realizar todos os esforços para manter a criança e o adolescente em suas famílias, seja ela de origem ou substituta, assim tornando excepcional o afastamento da família, sendo somente em casos de riscos à integridade física ou à psicológica da criança ou adolescente (BRASIL, 2009). É por essa razão que a família acolhedora – tema deste artigo – passa a ter preferência sobre o acolhimento institucional, na medida em que, na hipótese do excepcional afastamento da família de origem (ou da extensa), nela o acolhido seria mantido na convivência familiar. É bem verdade que no acolhimento institucional também se busca garantir a convivência familiar, mas sem dúvida que é de forma bastante precária, ainda mais que no acolhimento familiar.

Sobre o acolhimento institucional é preciso dizer que encontra-se nas Orientações Técnicas (2009) diferentes modalidades, entre os quais figuram os Abrigos institucionais e Casas-lares como as mais conhecidas. Os Abrigos institucionais, ao mínimo, devem se parecer com uma casa e ficar localizada na comunidade. Os funcionários devem trabalhar em horários fixos, com um cuidador para cada 10 crianças/adolescentes no turno. O número máximo de atendidos por equipe é de 20 crianças/adolescentes, para as quais são oferecidos atendimentos personalizados para estimular o convívio familiar e comunitário. Já as Casas-lares são, como o próprio nome diz, casas em que se encontram até dois cuidadores, que não são donos, apenas residem nelas. Nesse ambiente presta o cuidado para no máximo 10 crianças/adolescentes. Esse serviço visa oferecer um ambiente mais

familiar, estimulando o desenvolvimento de autonomia e vínculo com a comunidade (BRASIL, 2009).

As críticas são inúmeras a esses dois tipos de acolhimento institucional, que para Fachinetto (2008) agrava ainda mais os traumas e danos psicológicos do afastamento da família de origem. Não obstante, Kreuz (2012), em seu livro *Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente*, ressalta que para a garantia do direito à convivência familiar seja cumprido, o acolhimento institucional deve ser adotado apenas em casos excepcionais e em menor tempo possível. O autor, um ferrenho defensor do acolhimento familiar, é enfático em opor acolhimento institucional e direito à convivência familiar. Na hipótese de não ser possível preservar a criança no seio da família de origem ou extensa, a família acolhedora aparece como sendo a que melhor oportuniza ao acolhido a convivência familiar dentre as demais propostas de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2013b).

O acolhimento familiar, na prática, é realizado por famílias que são cadastradas no programa e previamente, depois continuamente, capacitadas. Essas famílias acolhedoras recebem as crianças/adolescentes em suas casas, a fim de proporcionar a eles um lar e garantir a convivência familiar e comunitária. Para isso, é necessária a manutenção de um ambiente saudável, onde se encontra proteção e cuidado, contribuindo para se instale uma relação de afeto (BRASIL, 2013a).

Ainda pelo *Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária* (2013), tal modalidade de acolhimento não deve ser confundida com adoção, pois busca acolher temporariamente a criança/adolescente até ser estabelecida a medida definitiva do caso, seja a volta para a família de origem, para a família extensa ou até mesmo, em último caso, para a adoção. Ainda ressalta que essa modalidade é diferenciada, não pode ser comparada com o acolhimento institucional ou de família substituta.

Família acolhedora é aquela que, voluntariamente, tem a função social de acolher em seu espaço familiar a criança ou o adolescente, em risco pessoal e/ou social e que, para ser protegida, foi retirada de sua família de origem – desde que respeitada a sua identidade e sua história. Além disso, a criança recebe todos os cuidados básicos, afeto, amor e orientação, a fim de que possa alcançar o seu desenvolvimento integral, a sua reintegração familiar e possa ser assegurada quanto à convivência social e comunitária. (CABRAL, 2004, p. 7)

Se a família, mais que o laço consanguíneo, diz respeito à presença de afetividade, é chegado o momento de discorrer sobre como esse afeto é compreendido para fins da realização desta pesquisa. Portanto, ele está diretamente ligado ao que a psicanálise desenvolveu como

sexualidade infantil e é fator estruturante da personalidade, fundamental na infância; mas sem o qual é impossível pensar os laços que se estabelecem na adolescência.

2.3 A SEXUALIDADE INFANTIL COMO CONSTITUINTE DA PERSONALIDADE

Os psicanalistas consideram o Complexo de Édipo o pilar da formação da personalidade e da estruturação de psicopatologias. Freud o articulou baseado na história do Édipo-Rei, tragédia grega em que o protagonista, tal qual todo o neurótico, estaria predestinado a se apaixonar pela mãe e matar o pai. Para o pai da psicanálise, o auge desse complexo é vivido pela criança dos 3 aos 5 anos na fase fálica e, posteriormente, depois de passar por seu período de latência, seus reflexos aparecem na adolescência (LAPLANCHE & PONTALIS 1992). Foi valendo-se dessa proposição freudiana que a relação entre infância e adolescência se mostrou relevante para compreender as dificuldades encontradas na colocação do adolescente em família acolhedora.

Freud (1901-1905) assinala que as características sexuais infantis são autoeróticas (o objeto de satisfação é o próprio corpo). O resultado desse desenvolvimento é o adulto cuja vida sexual é normal, nesses casos, a obtenção do prazer torna-se a disposição da função reprodutiva organizado numa única zona erógena, formando a condição para se alcançar a satisfação sexual em um objeto externo.

A pulsão, esse importante conceito freudiano, então se instaura neste primeiro momento manifestada por um desvio da meta sexual normal; isso é, daquela caracterizada pelo encontro entre as duas genitais no ato de “copulação”. As primeiras vias de satisfação são, portanto, perversas polimorfas, pois encontram o alívio da tensão no ato, por exemplo, de chupar o dedo ou defecar, entre outros. Porém, no decorrer do desenvolvimento de sua sexualidade, a criança se depara com o complexo da castração, que coincide com o complexo de Édipo; período no qual os pais, objeto de investimento amoroso dos filhos, passam a impedir a satisfação sexual da criança por essas vias perversas, constituindo o terreno fértil para que a criança adquira os elementos fantasísticos necessários com os quais dará o tratamento à própria castração (FREUD, 1901-1905).

Para Freud (1924), na busca por satisfação, o complexo de Édipo fornece duas possibilidades que a criança renunciará frente à ameaça de castração: uma de se colocar no lugar da mãe e ser amada pelo pai, outra de se colocar no lugar do pai e ter relações com a mãe da mesma forma que esse o tem. Após a aceitação da castração, nenhuma dessas é uma possibilidade, pois ambas trazem

como consequência a perda do objeto mais importante: o pênis, ameaçado de castração. Frente a essa amedrontadora situação, a criança vira as costas para o Édipo.

O neurótico recalca conteúdos sexuais, ou seja, nada quer saber da castração. Freud (1924) traz que nesse momento ocorre uma sublimação das catexias objetais proibidas as quais são substituídas por identificações. A figura do pai é introjetada no Ego, estruturando o Superego. E, a partir daí, a criança passa a se defender das tendências libidinais edípicas, pois levaria à castração, inibindo-as, alterando seu objetivo incestuoso em estímulos de afeição. Esse movimento marca a introdução ao período de latência.

Esse afastamento do Ego é semelhante ao mecanismo da repressão, porém com maior intensidade, é necessária uma destruição completa do Édipo. Caso ocorra apenas uma repressão e não uma destruição, o inconsciente manifestará no futuro efeitos patogênicos (FREUD, 1924).

A diferença entre o primeiro e o segundo tempos do Édipo dá-se pela entrada do pai como elemento que desestabiliza a relação mãe-criança, em que a última descobre que não é o único objeto de desejo da mãe. O pai, então, intervém efetivamente como privador da mãe e isso num duplo sentido: enquanto priva a criança do objeto de seu desejo e enquanto priva a mãe do objeto fálico. O terceiro tempo corresponde ao declínio do Édipo. ‘O pai intervém como aquele que tem o falo. Ele deixa de ser o falo para ser o que possui. Instaura a instância do falo como objeto desejado pela mãe e não mais como objeto do qual a pode privar como pai onipotente’ (DANTAS, 1993, p. 28).

Pelo exposto até aqui, parece razoável afirmar que não há adolescência sem infância, tão menos na perspectiva do desenvolvimento psíquico aqui adotado. São os conflitos da sexualidade infantil que traçam as vias do encontro com a sexualidade na adolescência.

Com o advento da puberdade, a libido que na infância encontrou satisfação polimorfa perversa, pode encontrar agora um encontro com a meta sexual normal. A libido que se organizava parcialmente em objetos perversos, organiza-se agora em torno da zona genital (FREUD, 1901-1905).

A correta transformação na função da libido (colocar-se à disposição da função reprodutiva) depende das particularidades relacionadas ao desenvolvimento sexual de cada um. Para Freud (1901-1905) “devem ser justificadamente considerados inibições do desenvolvimento todos os distúrbios patológicos da vida sexual” (p. 122).

A maturação do órgão genital leva, então, o adolescente ao reencontro com sua sexualidade, aquilo que foi recalado e afastado do Eu surge novamente, porém respeitando as condições do próprio recalque. A escolha do objeto, primeiramente, é realizada na imaginação como fuga ao

concreto, o adolescente busca os objetos no mundo fantasístico, cujos elementos foram organizados no período edípico da infância (FREUD, 1901-1905/2016).

Entre todas as mudanças advindas da adolescência, “tomamos duas delas como decisivas: a subordinação de todas as demais fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e o processo de achar o objeto” (FREUD, 1901-1905/2016, p. 160).

A primeira já foi discutida anteriormente, a libido passa a buscar satisfação em torno da zona genital, e a segunda é em relação a escolha do objeto. Para Freud (1901-1905/2016), a escolha do objeto é dirigida por uma inclinação sexual, é o retorno da sexualidade da infância que deve encontrar a nesse momento descarga diferente das perversas polimorfos. Assim, o adolescente retorna a vivência do Édipo, onde o impulso sexual era destinado à figura dos pais, esses conteúdos edípicos de amor e ódio agora são direcionados para qualquer um que esteja tomado pela transferência do adolescente.

Nesse momento deve ocorrer a superação desses desejos incestuosos e com muito sofrimento o adolescente deve desprender-se da autoridade dos pais. Esse fenômeno é bastante importante para o avanço cultural promovido pela mudança de gerações (FREUD, 1901-1905/2016).

Segundo Dantas, (1993) a adolescência é o período de reinvestimentos e desinvestimentos, em que será trazido um reencaminhamento do complexo de Édipo, onde ocorrerá uma tentativa de simbolização e elaboração do que foi vivido na infância por um novo rumo; a partir da maturação sexual. Pode ser um momento de ressignificação ou de pura repetição, conceito esse que será discutido com mais cuidado à frente.

É na puberdade que nos tornamos capazes de diferenciar a concepção de masculino e feminino, sendo um ponto que influencia diretamente na configuração da vida das pessoas. Assim, a predisposição masculina e feminina reside na infância, porém o fato de ocorrer atividade autoerótica das zonas erógenas na infância, igualmente para ambos os sexos, mostra a impossibilidade de haver uma diferenciação tão precisa na própria infância como na adolescência (FREUD, 1901-1905).

Segundo Winnicott (1965), algumas crianças que foram atendidas por ele revelaram durante terapia um movimento de regressão, elas viviam no hoje relacionamentos primeiros que não foram satisfatórios.

A repetição envolve algo de que, por mais que se tente, não se consegue lembrar. O pensamento não consegue encontrá-lo: O que é isso? Isso é o que está excluído da cadeia significativa, mas em torno de que cadeia gira. O analisando dá voltas e mais voltas numa tentativa de articular o que parece estar em questão, mas não consegue localizá-lo, a menos que o analista aponte o caminho (FINK s.d., p. 241).

O "Projeto para uma psicologia científica" (FREUD, 1895) traz o conceito de facilitação. Segundo ele, a memória é representada por essas facilitações. A teoria é que os neurônios que passam por uma excitação ficam permanentemente alterados por uma questão de economia de energia, os investimentos futuros passarão pelo mesmo caminho anterior, já que percorrer novos caminhos é uma tarefa que demanda mais gasto energético.

Ainda em Freud (1895), a facilitação dos neurônios depende “da magnitude da impressão e da frequência com que a mesma impressão se repete (p. 227).

Em Recordar, Repetir e Elaborar (1914), Freud cita que os pacientes que não recordam conteúdos esquecidos e reprimidos da infância não conseguem expressá-los através de lembrança consciente, eles o expressam através de repetição de ação, atuando. Um exemplo é o paciente que não se recorda de sua postura desafiante que teve com os pais na infância, e no agora repete em forma de comportamento desafiador com o analista (FREUD, 1914).

Ainda em Recordar, Repetir e Elaborar, Freud cita que não é apenas na relação para com o médico que a repetição acontece, essa compulsão se manifesta em todas as áreas e relações da vida do paciente. “Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (actng out) (repetição) substituirá o recordar” (p. 5).

O leitor, de tal modo, pode estar se questionando qual a relação existente entre a visão da repetição de Freud com o fenômeno do acolhimento? Nessa pesquisa, o levantamento se baseia em identificar questões que podem determinar o comportamento de adesão por parte do adolescente ao serviço; não seria, então, a forma de agir do adolescente uma repetição de conteúdos inconscientes vivenciados no período edípico?

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência. Podemos agora perguntar o que ele de fato repete ou atua (acts out). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. (FREUD, 1914, p. 5)

Que família poderá dar ao adolescente o curso possível à realização fantasística infantil? Terá ela condições de permitir alguma elaboração desse adolescente quanto aos seus desejos inconscientes? É a não aceitação de uma família acolhedora sinais de um desencontro com esse pulsional infantil?

Eis, então, as questões que então este artigo se dedicou a partir dos dados obtidos junto a adolescentes que passaram por situação de acolhimento.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa iniciou-se a partir de um levantamento teórico diante da problemática e hipóteses levantadas pelos pesquisadores, tendo por objetivo analisar a adaptação de adolescentes em situação de acolhimento familiar em uma pesquisa de campo. Após a estruturação do projeto de pesquisa, obteve-se contato com os responsáveis do serviço “Família Acolhedora”, buscando autorização para a realização desta. A seguir, com o consentimento da instituição, iniciou-se a pesquisa.

Quanto aos participantes, primeiramente, solicitou-se a equipe do programa uma listagem com indicações de adolescentes que estavam dentro dos critérios de inclusão – sendo adolescentes que passaram por duas ou mais famílias acolhedoras e outros que permaneceram em uma família. A partir dessa lista, houve a divisão de dois grupos: sendo “A” os que evadiam e “B” os que permaneceram. Após a indicação e divisão realizou-se o processo de amostragem casual simples, sendo sorteado um participante aleatoriamente de cada grupo. O contato com os adolescentes e seus responsáveis primeiramente foram feitos pela equipe do programa. Após, marcou-se um primeiro encontro para que os pesquisadores pudessem apresentar o interesse da pesquisa, a fim de obter o consentimento de participação.

Por conseguinte, os participantes da pesquisa foram dois adolescentes do sexo masculino que estavam acolhidos no programa “Família Acolhedora”, sendo ambos com 15 anos de idade.

Quanto aos instrumentos utilizados para o levantamento de dados, utilizou-se do método entrevista semiestruturada. Nessa entrevista, as questões previamente estabelecidas nortearam o andamento da mesma, não necessariamente sendo rigorosamente seguida. Buscou-se deixar, na maior parte da entrevista, o adolescente falar livremente sobre sua história, a fim de coletar dados da primeira infância, com o intuito de identificar os reflexos dessa fase na adolescência, como as problemáticas no processo de adaptação em acolhimento familiar. Por fim, as entrevistas foram transcritas para que os dados coletados fossem discutidos à luz da teoria psicanalítica, por meio da análise do discurso.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O primeiro participante entrevistado, pertence ao grupo “A”, grupo em que a adaptação aconteceu com muita dificuldade contava com a idade de 15 anos, está no programa família

acolhedora há 6 anos, passou por 8 famílias e hoje está há 4 meses na família atual. O motivo do afastamento de sua família de origem declarado por ele foi agressão física por parte do Padrasto. O mesmo disse nunca ter tido contato com o pai, que o abandonou junto com a mãe assim que ele nasceu. Em seu discurso, a mãe era alcoólatra, assim como o padrasto, e a relação mãe e filhos era bastante conturbada, mas havia afeto por parte do entrevistado. No início do acolhimento contou que ainda recebia visitas da mãe, mas que hoje não mantém contato com a mesma.

O segundo participante entrevistado, pertencente ao grupo “B”, daqueles tiveram êxito em sua adaptação, contava com a idade de 15 anos, está na família acolhedora há aproximadamente 3 anos. Inicialmente foi levado ao abrigo onde permaneceu por 3 meses e, após uma fuga, foi inserido no programa, tendo passado por duas famílias, sendo uma delas a atual com quem se encontra há 2 anos. O motivo do afastamento foi o fato do adolescente não frequentar a escola e ficar a maioria do tempo na rua. Mantém contato com a mãe biológica desde o início do acolhimento, mostra interesse de ficar em acolhimento, mas visitar a mãe sempre que for possível.

Nesse momento chegou a hora de discorrer sobre alguns momentos específicos da entrevista, para verificar as hipóteses apresentadas no projeto de pesquisa. Isto é: se as experiências da primeira infância são, ou não, determinantes para o êxito ou fracasso na adaptação do adolescente em situação de acolhimento familiar, trazendo em especial a relação primária com a família de origem, o momento do afastamento e a inserção na família acolhedora.

4.1 CASO A

O adolescente manifesta, atualmente, dificuldades nas suas relações; porém o que se percebe é que o mesmo aparenta possuir os recursos necessários para atribuir às pessoas específicas sinais de uma transferência dos conteúdos edípicos razoavelmente elaborados. O mesmo citou, por exemplo, em relação a suas amizades: *“Tenho, tenho bastante amigos. Tipo, não é aquela confiança de amigo sabe, tem um só lá que eu confio bastante, os outros nem tanto assim”*. Ainda completa que *“Esse meu amigo no primeiro dia ele que...ele e outro amigo dele, mas esse nosso outro amigo foi embora né, daí eu confio nele por que ele me acolheu desde o primeiro dia que eu fui no colégio né, daí eu confio bastante nele”*.

Mais adiante na entrevista, ao trazer que não confia tanto assim nos outros, foi lhe perguntado como se davam essas relações; a resposta obtida foi que *“Os outros não é muito boa né, porque, tipo eu não gosto de falar as coisas para eles por que eles falam pra escola inteira, entendeu”*. Esse

segundo recorte permite avançar na hipótese de que a sua relação com as pessoas parecem marcada por uma expectativa de que as pessoas não são confiáveis.

Quanto a esses dois recortes, nota-se que na fundamentação teórica já havia sido apresentado que na teoria da Dissolução do Complexo de Édipo, Freud (1924) cita que, ao fim desse complexo, o que ocorre é um afastamento do Ego dos conteúdos sexuais; sendo que esse afastamento deve ser fruto de uma completa destruição da configuração edípica, que, se não ocorrida, será manifestada pelo inconsciente na forma de efeitos patogênicos (sintomas).

Assim, uma primeira hipótese para essa dificuldade em estabelecer relações duradouras e de confiança são, como dito por Freud, manifestações patogênicas que podem ser frutos de um contexto anterior, infantil, de abandono e violência; até mesmo porque foi ressaltado pelo adolescente no primeiro momento. Nas palavras do entrevistado: *“Então, meus pais, tipo, quando eu nasci, meu pai foi embora, pois não tinha condições de cuidar de mim; daí minha mãe cuidou de mim. Nós era bem pobre, né, não tinha como fazer quase nada em casa; que não tinha quase comida; então, daí, quando...quando meu padrasto me bateu de ripa, né, e minha perna travou, né”*. Questionado sobre como era a relação com a mãe biológica, cita: *“Há, não era tão boa assim por que ela também batia na gente né, mas a gente gostava dela sabe.”*

Uma importante questão que esses fragmentos apontam é para a forma como ocorre a escolha objetual desse adolescente na sua vida atualmente. Uma fala, em especial, chamou a atenção. Foi o fato de ele ter dito que, para além do amigo (pelo qual sente confiança e carinho) foi em relação a sua família e seu “tio” – pai acolhedor, em relação a quem assim se referiu: *“A gente tem uma boa relação, ele gosta de mim, nós se abraçamos sabe. Se adaptamos um pouco mais eu acho, é uma boa família”*.

O que encontramos em comum entre as relações vividas pelo participante é que nele parecem existir conflitos mais acentuados relacionados à figura paterna, porém as pessoas com as quais mais se identifica são seu “tio” e o amigo. Além dessas duas figuras que foram bastante citadas em seu discurso, o entrevistado ainda trouxe alguns momentos vividos com o padrasto que narrados como sendo de grandes satisfações; como, por exemplo, quando afirmou que *“Quando ele bebia [é] que ele me batia bastante assim, só que quando ele não bebia a gente assistia tv, brincava de vez em quando...”*. E quando questionado em relação a existência de afeto, o mesmo respondeu: *“mais ou menos”*. Denota-se, portanto, haver um conflito ambivalente para com esse padrasto, que certamente evoca a imago parental paterna.

A esse respeito, Freud (1901-1905/2016) mostra que a escolha do objeto é dirigida por uma inclinação sexual; o que é, para o autor, o retorno da sexualidade da infância que deve encontrar nesse momento a descarga diferente das perversas polimorfas. Na concepção freudiana, o adolescente retorna à vivência do Édipo, mas o impulso sexual que era destinado à figura dos pais, impulsos cobertos de conteúdos edípicos de amor e ódio são agora direcionados para qualquer um que esteja tomado pela transferência do adolescente. Veja que no caso em estudo, tanto o padrasto, quanto o tio e o amigo aparecem como as figuras masculinas com maior investimento afetivo.

Em relação a essas figuras pelas quais sente confiança, o adolescente expressa que foi acolhido desde o começo, porém sempre foi uma relação um tanto quanto distante. Afirma, por exemplo, que não costuma sair como justificativa para dizer porque não se encontra tanto com o amigo.

O participante, ainda, foi convidado a falar sobre a família com a qual mais se identificou, identificando-a à atual, que foi a segunda família acolhedora. A respeito dessa segunda, disse: *“eu já tinha ficado com ela [a segunda família] antes sabe; aí eu tive que sair porque ela disse que eu era desobediente, mas depois eu melhorei, depois que eu voltei pra ela”*.

Questionado sobre o que mudou, da primeira vez que foi acolhido para essa última família, responde que: *“àquela época (...) ficava mais em casa, mas desobedecia ela, sabe, não fazia as coisas certa; hoje, já acalmou né, eu faço as coisas pra ela; ganho também as coisas, (...) eu faço as coisas pra ela hoje em dia e ganho tudo dela, o que eu pedi pra ela, me dá”*.

E ao ser questionado sobre o que o fez mudar nesse sentido, relatou: *“Minha questão religiosa né, Deus colocou no meu coração que eu tinha que mudar, daquele comportamento que eu tava ruim lá pra comportamento bom, sabe, [...] sem Deus a gente não é nada, sabe, por que... sem ele não há vitória nesse mundo”*.

Neste momento aparece, portanto, a figura paternal de Deus para o entrevistado. Essa figura é a tida como a que fez com que ele revisse seus comportamentos que considerava “ruins”.

Com estes recortes, vê-se que o adolescente vem encontrando nessas figuras os substitutos fantasísticos dos objetos abandonados na infância. Como bem traz o pai da psicanálise, a escolha do objeto é primeiramente realizada pela fantasia; ou seja, como fuga ao concreto, o adolescente busca os objetos no mundo fantasístico, cujos elementos foram organizados no período edípico da infância (FREUD, 1901-1905/2016).

Seguindo esse raciocínio, notamos que os conflitos na adolescência explicitam um movimento de repetição acompanhado no discurso do entrevistado. Conforme já citado, Freud nos explica que

na vida em vez de recordar, repetimos. O adolescente foi questionado sobre o que lembra da infância, o mesmo responde que não consegue pensar em nada. O que de fato ele repete parece ser justamente aquilo ao qual afirma não recordar, dificultando-o de perlaborar.

Analisando o histórico de acolhimento desse primeiro adolescente, é notável perceber que o adolescente passou por 08 famílias diferentes, e que em seu relato, essa rotatividade se dava em razão de seus comportamentos de desobediência. Possivelmente esse movimento de mudanças de famílias foi devido a ele não ter encontrado nessas famílias uma realização pulsional fantasística que o fizesse querer permanecer, mas talvez seja justamente esse movimento de alternância entre famílias o que favorece a satisfação pulsional que vem sendo repetida. Esse movimento, no entanto, persistiu até poder ter encontro com o que ele nomina de “Deus”, que segundo o próprio adolescente foi o motivo da alteração desses comportamentos repetidos. Terá ele recorrido a um pai imortal para não precisar mais afastar todos os outros de perto de si?

Para concluir, essa última hipótese, que passou a se mostrar mais evidente com a análise desses fragmentos de entrevistas, parece sugerir que o adolescente busca hoje no mundo simbólico a figura masculina que não pode encontrar no mundo real. Deus pode ocupar uma função de castração e de assegurar a lei; o que parece ter permitido ao adolescente ressignificar e elaborar os conflitos infantis, levando-o a uma nova simbolização em relação ao papel dessas pessoas em sua vida.

Essa tentativa de elaboração evidencia-se em sua fala – quando diz da mudança de comportamento ruim para bom e que, também, tem junto a seu tio aprendido novas coisas; o que tem despertado o interesse por novas formas de satisfação. Uma delas é, segundo ele, o fato de que está começando a aprender a tocar violão.

Porém, o adolescente se encontra nessa família há muito pouco tempo; isso é, pouco mais de quatro meses, o que torna essa hipótese ainda bastante frágil, exceto enquanto um movimento de tentativa que parece marcar o seu modo neurótico de lidar com os conflitos cotidianos. Ademais, a puberdade parece lhe ter trazido novas questões, antigos conflitos infantis que estavam reprimidos certamente agora têm vindo à tona. O que talvez possa ter contribuído para essa tentativa de elaboração seja o fato de que a família acolhedora lhe tem oferecido estes recursos.

4.2 CASO B

Em relação ao momento do abandono, o adolescente B, também entrevistado, respondeu objetivamente que foi “triste”. Os entrevistadores questionaram, então: “Se você pudesse, estaria com ela?”. Sua resposta foi que “Sim, que daí a tia falou que eu vou ficar até os 18 e daí dos 18 até 21, que daí ela vai, acho que arruma um serviço pra mim, a família acolhedora disse que vai arrumar um serviço pra mim, tem que esperar, acho que ano que vem em janeiro pra esperar”.

Questionado se aos 18 anos pretendia voltar a sua família de origem – “É, visitar minha mãe e morar com a tia”, sendo que ao falar da tia está se referindo a sua mãe acolhedora. Também foi perguntado se a considera uma mãe, ele fala que “Sim, as vezes eu chamo ela de mãe”.

Veja que esses pequenos trechos iniciais recortados da entrevista sugerem que, diferentemente do primeiro, neste caso trata-se de um adolescente com uma importante troca afetiva com a família acolhedora. De qualquer forma, tal como no primeiro caso, neste caso em questão o discurso apresentado possibilita identificar elementos que permitem fazer trabalhar algumas hipóteses que foram trazidas na fundamentação teórica. Já foi dito que, para Freud (1901-1905/2016), a escolha do objeto é dirigida por uma inclinação sexual, sendo o retorno da sexualidade da infância que deve encontrar na adolescência uma descarga diferente das perversas polimorfos. Assim, quando o adolescente retorna à vivência do Édipo, onde o impulso sexual era destinado à figura dos pais. Os conteúdos edípicos de amor e ódio, agora, são direcionados para qualquer um que esteja tomado pela transferência do adolescente.

Com essa hipótese freudiana à luz deste segundo caso, pode-se perceber a predominância da existência de uma transferência edípica muito maior para com a figura da mãe acolhedora; afirmação que se sustenta ao ser questionado sobre com quem existe maior identificação na família – o mesmo responde que com a “tia”. Mas, enquanto no primeiro caso a troca constante de família parece de algum modo sugerir que a realização fantasística do adolescente não permite a sustentação de um pai real, será que neste segundo caso também é possível dizer que sua permanência se deve a algum fato que deu curso a uma realização fantasística infantil? E se sim, quais condições podem ter permitido que alguma elaboração possível desse adolescente quanto aos seus desejos inconscientes?

Diante dessas questões, alguns relatos possibilitam uma elaboração de possíveis compreensões sobre esses fenômenos. E o primeiro deles diz respeito a qual o adolescente foi questionado, sobre qual família mais gostou de permanecer – o que o entrevistado respondeu ser a família atual, porque “A gente fica mais...mais... junto”.

A condição de afeto e a aproximação oportunizada pela mãe acolhedora neste segundo caso parece ter permitido ao adolescente a um importante nível de satisfação. Conforme citado por Dantas (1993), esse período da adolescência vivido por este segundo entrevistado é uma fase de reinvestimentos e desinvestimentos, que constitui um processo pelo qual se está vivendo uma tentativa de elaboração e simbolização do Édipo, podendo ser de ressignificação ou de repetição. A esse respeito, parece razoável que se tome esse fato do adolescente afirmar que quer morar com a tia e visitar sua mãe; com uma tentativa, ainda que bastante precária, de ressignificação pelo qual está passando. A relação primária deste participante com sua família de origem mostra, na verdade, que ele pode estar desenvolvendo elementos fantasísticos para destinar sua libido a outras figuras que não a da própria mãe, que parece ter sido uma pessoa afetivamente bastante importante em sua vida. A figura materna parece lhe ter possibilitado o investimento afetivo, fato que pode ser analisado diante do discurso do adolescente, em que o mesmo relata que ao ser desligado da família de origem e inserido no abrigo institucional, fugiu e tentou retornar para casa da mãe: *“É, eu pulei o muro e fui pra casa da minha mãe”*. Continuando, ainda afirmou: *“Minha mãe pegou e trouxe eu... daí de lá eles pegaram e me levaram pro sítio”*. O que ficou dos motivos que o levaram a aceitar a família acolhedora passa primeiro por uma tentativa de buscar a mãe, depois uma autorização dessa mãe para que ele fosse acolhido por uma família acolhedora.

A esse respeito, Freud (1901-1905/2016) aponta que os conteúdos edípicos de amor e ódio são destinados para qualquer pessoa que esteja tomada pela transferência do adolescente. Veja que, neste caso, observa-se que o participante o faz de modo intenso à mãe acolhedora, mas ainda o faz em relação a outras pessoas, além dessa mãe. Questionado sobre ter duas famílias – família de origem e acolhedora –, responde que *“Na verdade eu tenho 3, que é do meu amigo, [pois] eles me consideram que nem filho”*.

Vale ressaltar o fato de que logo após ter sido afastado de sua mãe, o adolescente tentou retornar até a presença da mesma, que na verdade nunca deixou de ser objeto de investimento; porém nesse momento aconteceu a interrupção de seu desejo e ele foi devolvido ao abrigo pela figura na qual foi em busca. Tal ato de fuga (retorno à mãe de origem) autoriza que se teça algumas conjecturas a partir de Freud. Para o autor (1914, p. 5), *“aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência”*, e que a repetição se manifesta em forma de atuação. A esse respeito, é perfeitamente possível admitir que o adolescente ao ser acolhido estava passando por um momento conflituoso – por ter que se desprender completamente de seu objeto primário, parece ter esboçado um último esforço na busca por esse afeto, num ato que lhe

devolvesse ao lugar de objeto desejado pela mãe. Mas, recusado pela mãe, que o devolve ao abrigo, o adolescente se depara com a realidade dessa impossibilidade. Porém, essa situação, de todo modo, tenha permitido com que ele construísse os recursos necessários para uma futura elaboração, possivelmente. Esse impedimento da realização no real pode ter funcionado de algum modo como a função da castração, função paterna, de impedimento sexual dos pais edipicamente tomados como objetos amorosos; o que talvez tenha favorecido melhor que no caso anterior a possibilidade de tratamento pela via fastasística.

Ainda, tal adolescente pode, também, encontrar satisfação em diversos outros objetos – pela sublimação e pela função familiar que de algum modo parece lhe ter promovido algum apoio e condições, o que o fez desenvolver-se em diversas áreas: *“Agora eu tô gostando, que agora tem nota está alta agora. Antes eu não gostava de ir na escola, aí eu faço futsal de manhã, faço atletismo e reforço”*.

Essa declarada elaboração parece de algum modo facilitada pelo serviço da família acolhedora, porque foi a partir do momento em que encontrou na família atual subsídios para a realização de um pulsional infantil, que foi se mostrando a ele interessante.

No que tange a isso, a liberdade, o limite e o afeto foram também bastante manifestados no discurso do participante. Ao ser questionado sobre o que havia de diferente nessa família que está hoje, o mesmo respondeu em três momentos diferentes.

Sobre o limite, afirmou *“Que se eu aprontava ela me deixava de castigo e se eu melhorava eu saia do castigo”*, e ao questioná-lo se isso foi bom, respondeu que sim. Fica evidente, nessa colocação, a importância que o adolescente atribui ao castigo como sinal de um amor, sendo a primeira questão a ser trazido por ele, ao questionando sobre o que faz dessa família a melhor.

O adolescente aponta que prefere a família acolhedora e não o abrigo – e para tanto fala da liberdade: *“Porque lá eu não podia fazer as coisas que eu faço agora, não podia dormir mais tarde [...] lá não podia sair também”*. A questão da liberdade trazida por ele parece relacionada a seu desejo. Em relação ao afeto, o adolescente afirmou ainda que essa família é a que ele mais se identifica: *“A gente fica mais...mais... junto”*. Parece razoável afirmar que essa frase do adolescente diz respeito à transferência que tem para com a família atual. Conforme explicado no decorrer da análise, o adolescente parece ter fantasisticamente atribuído a essa família um lugar dentro de seu desejo, sendo a figura da tia a de principal investimento de amor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que, através desse trabalho, foi possível aprofundar questões subjetivas de cada adolescente, fazendo um panorama entre a história dos dois participantes.

Conforme detalhado na análise, encontrou-se a relação direta entre a história de cada um com o seu futuro. Porém, os dados encontrados não devem ser generalizados, cada um dos participantes construiu sua história de forma única, internalizando de suas experiências diferentes conteúdos, evidentes pelo discurso.

Efetivamente, é inegável que a adaptação dependa das experiências que constituíram a história subjetiva infantil de cada um; porém cada história deve ser avaliada dentro de sua complexidade. E, nesse sentido, a teoria psicanalítica mostra que é uma importante teorização capaz de fornecer subsídios para compreensão dos conflitos vivenciados na adolescência, período em que acontece o retorno da sexualidade infantil.

Comparando os dois casos, podemos perceber que no caso “A” houve uma dificuldade na elaboração desses conflitos, sem que tenha sido possível afirmar com exatidão como de fato ela aconteceu. O que ficou evidente é que o adolescente, ao passar por diversas famílias, aparentou uma fixação nos objetos primário e movimentos de repetição, mas o que se percebeu em alguns momentos foram sinais de uma possível tentativa de elaborar desses sintomas. Ao contrário do caso “B”, que de fato percebe-se que houve uma melhor elaboração, o que parece ter resultado na permanência na família atual e uma solidificação de suas relações externas.

O que parece ter possibilitado uma melhor adaptação foi a relação primária deste último mesmo com a figura materna, pois em sua fala está explícito que esta mãe ocupou um importante papel no desenvolvimento de sua primeira infância. Este adolescente em um segundo momento pôde desprender-se dessa figura primária, estabelecendo novas relações e encontrando satisfação em diversos objetos.

O participante do caso “A” parece não ter encontrado subsídios o suficiente para essa elaboração – e o fato de não estabelecer relações duradouras mostra uma dificuldade em pertencer a uma família. Acredita-se que há uma possibilidade de hoje ter encontrado um lugar nessa família, porém o curto tempo de permanência torna incerta essa afirmação.

Fica evidente, ainda, a importância do serviço família acolhedora, o que ambos relataram sobre suas experiências em abrigos é que em tais locais não se promoveu nenhum tipo de elaboração. Mas, a partir do momento onde puderam ser aceitos e desejados por uma família, foi que passaram a apresentar mudanças. O primeiro que relata que ao ser aceito pela segunda vez,

melhorou; já o segundo traz que nessa configuração familiar em que se encontra, existem abraços, castigos entre outros.

Tal desenvolvimento foi, de fato, facilitado por esse serviço, o direito à convivência familiar e comunitária estabelecidos por lei também tiveram participação na construção de subsídios para realização infantil. O participante “B” relatou que hoje está feliz, pertencendo ao grupo de atletismo, melhorando suas notas na escola e frequentando a casa de amigos.

O participante “A” relata que foi fundamental ter conhecido Deus para conseguir mudar e sentir-se parte da família, tal fato acontece pois essa família permitia esse encontro com o comunitário, levando-o até a igreja.

Dessa maneira, fica evidente o papel familiar como sendo de extrema importância para construções de novas relações, pois é ali que a criança se coloca diante do ser e do mundo. Conforme discorrido na fundamentação, percebeu-se que essa construção e o meio pelo que ela se dá relaciona-se diretamente com a história de cada um, ocorrida em dois momentos. A primeira são as relações objetais primárias e o segundo o retorno da sexualidade, manifestada em repetição ou elaboração.

Desprender-se dessas figuras primárias mostrou-se essencial para a quebra das repetições. O adolescente “A” pode romper com essas repetições ao internalizar Deus; já o segundo pela impossibilidade de satisfação ao ser devolvido pela própria figura materna. Essa ruptura representa a castração – primeira há uma aproximação, depois um afastamento, inserindo o adolescente na possibilidade de encontrar satisfação no mundo simbólico, pela fantasia.

Por fim, essa pesquisa trouxe uma análise de dois casos específicos. O curto período de tempo para as entrevistas e análise, não permitiu uma visão mais aproximada da realidade, porém abriu portas para que se possa pensar na importância de não separar a infância da adolescência; os conflitos vivenciados devem ser acolhidos dentro de cada individualidade, o serviço e as famílias devem estar preparadas para enfrentar as resistências, bem como buscar como objetivo fornecer os subsídios para novas elaborações, com o intuito de dar a esses adolescentes um espaço apropriado onde possam reorganizar os conteúdos infantis.

Para o futuro, acredita-se ser pertinente a elaboração de uma pesquisa longitudinal – com mais tempo seria possível acompanhar esse adolescente desde o momento do afastamento, ao completar a fase da adolescência, onde seriam mais nítidas as mudanças e as elaborações que cada adolescente pode realizar durante sua permanência nesse serviço, tal como as dificuldades que cada um apresentou na adaptação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990 (e suas atualizações). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Orientações técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Departamento de Proteção Social Especial (SNAS/MDS). Brasília. 2009.

_____. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011:** Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/relatorio-unidades-acolhimento.pdf> > . Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. **O direito fundamental á convivência familiar e comunitária a luz da lei federal.** Revista do Conselho Nacional do Ministério Público/ Comissão de Jurisprudência. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília. CNMP, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Manual_de_Convivencia_familiar_WEB.pdf>. Acesso: 13 abr. 2018.

_____. **Plano nacional da promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.** Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. PNCFC, 2013.

BRITO, A. E. C.; SILVA, K. K. A trajetória das protoformas brasileiras de atendimentos à infância e adolescência: do código de menores ao estatuto da criança e do adolescente. In: **Anais 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2016, Belo Horizonte, MG. Belo Horizonte, MG: CRESS-MG, 2016. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/3f/3facec44-a9b1-481f-b1bc-e87428de06fa.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2018.

COSTA, A.C.P. **As políticas de proteção a infância e adolescência e a educação:** reflexões a partir da década de 1920. 2018. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/03.pdf> >. Acesso em: 01 mai 2018.

CABRAL, C. **Perspectivas do acolhimento familiar no Brasil:** Acolhimento familiar. Experiências e perspectivas (pp. 10-17). Rio de Janeiro, RJ: UNICEF. 2004.

DANTAS, N. M. **Édipo: entre um objeto e Outro.** Monografia (Especialização em Psicanálise) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Mimeografado. 1993.

FINK, B. **A causa real da repetição.** IN: FELDSTEIN, R. et alii. Para ler o Seminário XI de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo.** In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud J. Salomão, trad., Vol. 19. Rio de Janeiro: Imago. 1924/1996.

_____. (1914). **Recordar, repetir e elaborar**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1901-1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos**. Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

_____. (1895) **Projeto para uma Psicologia Científica**. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Vol.1. Rio de Janeiro: Imago. 1990.

FACHINETTO, N. J. **A garantia do direito à convivência familiar e sua relação com as políticas públicas: Uma análise transdisciplinar**. Santa Cruz do Sul. 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp060744.pdf>>. Acesso: 12. Mai. 2018.

JÚNIOR A. G. **Breves Considerações sobre o Atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos Adolescentes Infratores no Estado de São Paulo**. Revista Fafibe On Line, n.3. Ago. 2007. São Paulo.

KREUZ, S. L. **Direito à convivência familiar da criança e do adolescente: direitos fundamentais, princípios Constitucionais e alternativas ao acolhimento institucional**. Curitiba: Juruá, 2012.

LAPLANCHE, J., & PONTALIS, J. B. . **Vocabulário da psicanálise** (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1992.

PAIVA , N.M. **Reconstruindo histórias: vivências de adolescentes em Liberdade Assistida na Comarca de Muriaé-MG**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

RODRIGUES, F.S; LIMA, A.L.G. **Instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: Um estudo da legislação federal**. Editora FGV, 2000. Rio de Janeiro.

SILVA, M.R.C & NETO, Z.G.S. **Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento**. 2012. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v6n2/v6n2a04.pdf> >. Acesso em: 04 abr. 2018.

VILHENA, J. **Repensando a família**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0229.pdf>> . Acesso: 04 abr. 2018.

WINNICOTT. D. W. (1965) **Crescimento e desenvolvimento na fase imatura**. In *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. (1896-1971). **A família e o desenvolvimento individual**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.